

Brasília, 02 de setembro de 2025.

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL – DE 29 A 31 DE AGOSTO

A Plenária Nacional da FASUBRA foi realizada de forma presencial nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2025, na UnB. Contou com a participação de 35 entidades de base, num total de 201 pessoas, sendo 161 delegados e delegadas, 27 membros da Direção Nacional, 4 membros do Conselho Fiscal e 9 convidados. A Plenária discutiu e aprovou todos os pontos elencados na pauta.

29.08 - Pontos de pauta discutidos:

- 1) Informes dos trabalhos das coordenações: entre os informes, a DN apresentou a discussão e aprovação, na reunião do dia 28/08, do pleito dos trabalhadores/as do Ministério da Educação para que a FASUBRA possa acolher a luta de inclusão no PCCTAE e a compor, futuramente, a nossa Federação;
- 2) Informes dos sindicatos de base que responderam a três perguntas (quadro em anexo):
 - a) A entidade de base convocou as duas paralisações orientadas pela FASUBRA no mês de julho?
 - b) Percentual das paralisações?
 - c) Discutiu em assembleia indicativo de greve?
 - d) Aprovou o Estado de Greve, conforme orientado pela FASUBRA anteriormente?
- 3) Análise de Conjuntura pelas chapas que compõem a Direção Nacional

30.08 - Ponto de pauta discutido (continuidade):

- 1) Análise de conjuntura pelos delegados e delegadas dos sindicatos de base.

31.08 - Pontos de pauta discutidos:

- 1) Prestação de contas: foi apresentada pelos membros do Conselho Fiscal, que recomendou a aprovação. Os delegados/as aprovaram, por unanimidade.

- 2) Substituições permanentes de membros da Direção Nacional e do Conselho Fiscal: homologados por unanimidade.

Direção Nacional

- a) Chapa 20 - Travessia/TAEs na Luta: Flávio Sereno Cardoso passa a compor a titularidade na DN em substituição a Daniel Lucas Soares Farias. Lídia dos Santos Ferreira de Freitas passa a compor a suplência da DN.
- b) Chapa 50 - Unidade, Resistência e Luta (UNIR): Evaldo Varela do Nascimento Júnior e Karila dos Santos Carminati passam a compor a suplência da DN.

Conselho Fiscal

- a) Chapa 50 - Unidade, Resistência e Luta (UNIR): Gilson Cláudio R. Soares passa a compor a titularidade no Conselho Fiscal em substituição a Joseilton Neri F. Rocha. Filomena Gomes Sousa passa a compor a suplência do Conselho Fiscal.

- 3) Encaminhamentos aprovados:

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

As trabalhadoras e os trabalhadores técnico-administrativos em educação das Instituições Públicas de Ensino do Brasil, reunidas/os na Plenária Nacional da FASUBRA que ocorreu em Brasília-DF, no período de 29 a 31 de agosto de 2025, avaliaram e aprovaram a seguinte análise de conjuntura.

A extrema-direita internacional, capitaneada pelo governo Trump, pelos magnatas das Bigtechs, pelos países que usam a guerra como instrumento de dominação e opressão, como Israel, utilizam as redes digitais com o objetivo de desestabilizar governos que não estão alinhados politicamente. Os ataques realizados passam por ações como o tarifaço e outras medidas de coerção, como a tentativa de interferência no Judiciário brasileiro.

As faces dos desafios e dificuldades impostas pela conjuntura nacional e internacional em seu aspecto reacionário mantêm a política nacional sob forte ataque. A conjuntura se agudizou frente ao tarifaço imposto por Trump contra a economia brasileira, bem como seus ataques à soberania nacional e ameaças a países sul-americanos, como Venezuela e Colômbia.

Diante desse cenário hostil, é necessário ampliar a mobilização da classe trabalhadora e aliar as lutas gerais em defesa da democracia e da soberania com as pautas específicas dos trabalhadores, servidores públicos das três esferas e da FASUBRA.

Cabe destacar que, para o conjunto dos servidores públicos federais, a centralidade é a derrota das propostas de reforma administrativa. Para nós, técnico-administrativos em educação, além de lutar contra a reforma, temos a luta pela reabertura da Mesa de Negociação e pelo cumprimento integral do termo de acordo assinado em 2024.

Nesse sentido, é fundamental reforçar a orientação para que as entidades filiadas integrem e fortaleçam nos municípios e estados as frentes em defesa da democracia, soberania dos trabalhadores e do serviço público, agregando-se às atividades propostas pelas entidades sindicais, movimentos sociais e de juventude para que se construa uma ampla frente e intensifique-se a pressão sobre os parlamentares (deputados e senadores) nos estados, com atos nos aeroportos e articulação de audiências públicas de debates sobre os seguintes temas:

Em defesa do Regime Jurídico Único (RJU) e dos Concursos Públicos, como forma de ingresso no serviço público. Não à Reforma Administrativa!

Na esteira da decisão do STF, que ratificou na íntegra a Emenda Constitucional 19, a reforma de FHC, definindo o fim do RJU como uma única forma de contratação no serviço público, a nova proposta que emerge no Congresso, como resultado do GT da reforma administrativa, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), mostra-se como fragilizadora da estabilidade dos servidores públicos. Até o momento, o conteúdo do relatório do coordenador do GT não foi apresentado para a sociedade, nem para os demais membros. Os sucessivos adiamentos da apresentação do texto (desde o início de julho), além de impedirem o debate democrático junto à população e a reação crítica dos amplos setores que defendem e utilizam os serviços públicos, demonstram dificuldade na articulação entre os partidos e o governo. A busca por consenso tem sido dificultada por divergências, principalmente em três temas: enfrentamento a privilégios, avaliação de desempenho e contratações temporárias.

Conforme apresentado pela Ministra do MGI, Esther Dweck, o governo já vem realizando

transformações na máquina pública desde o início de seu mandato. É a própria ministra que diz: “a reforma já começou”. No entanto, é perceptível que, entre muitas concordâncias com a linha do Executivo e a do deputado Pedro Paulo (e os interesses que ele representa), há também divergências que devem ser exploradas pelos servidores públicos.

Em relação às **contratações temporárias**, a política do governo é fazer sua ampliação e regulamentação por meio do cadastro de reserva do Concurso Nacional Unificado (CNU). Esta linha é contraposta pelas declarações de membros do GT que defendem processos seletivos simplificados, até mesmo por meio de meras entrevistas.

Na discussão das mudanças de **avaliação de desempenho**, o governo vem tentando adotá-las para fins de progressão nas carreiras (algo já existente no PCCTAE). A novidade que preocupa são as recentes declarações do MGI, em documento endereçado à FASUBRA, que citam como ferramenta as avaliações no PGD, que recentemente tiveram adaptações normativas que trazem subjetividade e a abertura de caminho para assédios e perseguições. O debate do coordenador do GT da Reforma no congresso caminha para a conhecida e fracassada política de remunerações variáveis por produtividade. E há também menções ao uso das avaliações para a simplificação das demissões por insuficiência de desempenho.

Por fim, o tema de enfretamento a privilégios parece estar sendo usado apenas como discurso legitimador da reforma, visto que se anuncia que **supersalários** serão apresentados apenas em um relatório, e não em mudanças legislativas. Nesse ponto, o discurso é unânime, mas os desdobramentos podem não ter concretude diante das forças que se opõem.

Com o objetivo de fortalecer as lutas contra a Reforma Administrativa e pelo cumprimento integral do Acordo de Greve de 2024, **a Plenária Nacional da FASUBRA delibera por se somar à agenda do FONASEFE, em especial à Paralisação de 48 horas nos dias 10 e 11 de setembro de 2025.**

Além disso, reforça orientação para que as entidades filiadas continuem na coleta de votos do Plebiscito Popular no decorrer do mês de setembro, quando se encerra o movimento.

07 de setembro – Grito dos Excluídos

Orienta as entidades filiadas a se somarem às mobilizações convocadas pela Frente Brasil

Popular e Frente Povo Sem Medo para o dia 7 de setembro de 2025, data em que historicamente acontece “O Grito dos Excluídos”.

É importante que as entidades se articulem com outros sindicatos e movimentos populares e de juventude para a organização de atos públicos ou panfletagens, pautando:

1. Defesa do Serviço Público: Contra a Reforma Administrativa;
2. Redução da Jornada de Trabalho (Fim da Escala 6x1 sem redução salarial);
3. Isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais, com aumento da cobrança para quem ganha acima de 50 mil mensais;
4. Sem anistia para golpistas.

Pelo Cumprimento Integral do Acordo de Greve

Consolidar a construção do RSC, feita no âmbito da CNS/MEC, e a continuidade da luta, conforme deliberação da plenária nacional, para que este seja para toda a categoria (ativos, aposentados/as e para quem já possui doutorado).

Garantir que os efeitos do acordo sejam garantidos para as/os médicas/os e médicas/os veterinárias/os do PCCTAE e para as/os aposentadas/os.

Exigir a implementação de 30h, a consolidação da reestruturação da carreira e a aplicação das regras de transição para ativos e aposentados. O cumprimento de todas as pautas pendentes do acordo de greve deve seguir como prioridade da FASUBRA e suas entidades filiadas.

Lutar contra a reforma administrativa, que, em linhas gerais, traz lógicas contrárias ao que reivindicamos e/ou defendemos como conquistas, vem para promover a desconstrução de diversos ganhos na carreira obtidos pela greve de 2024, e tornará nulos, em médio prazo, diversos direitos e garantias, previstos pelo PCCTAE.

A COP30 e a contribuição ao debate pelos trabalhadores da educação

Nos dias 10 a 21 de novembro de 2025, ocorrerá em Belém-PA, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas de 2025, também conhecida como COP30. Cabe aos trabalhadores e entidades sindicais participantes do evento trazer os questionamentos sobre a possibilidade de a lógica destrutiva ser revertida dentro da ordem econômica atual, assim como discutir se a acumulação capitalista e a maximização dos lucros tem alguma chance de ser compatibilizada com a preservação da vida humana em

nosso planeta.

Sabemos que, igualmente às outras conferências organizadas pela ONU, certamente o relatório apresentará iniciativas que contemplem a necessidade de que os Estados nacionais revejam em seus países as práticas econômicas destrutivas ao ecossistema, apresentará metas conservadoras a serem atingidas e que na prática não serão alcançadas pelos limites da lógica citada. Cabe a nós, e aos nossos sindicatos, também utilizar esse e todos os espaços possíveis para realizar o debate e a defesa de adoção de políticas públicas que contribuam para frear e diminuir as ações que estão destruindo as condições de sobrevivência em nosso mundo. Cabe a nós contribuirmos com esse debate, organizando eventos nas instituições de ensino que atuamos, convidando militantes das organizações sociais que defendem o meio ambiente e pesquisadoras/es sobre o tema. É preciso também discutir ações pelo fim do marco temporal, pela revogação do PL da Devastação e que o governo Lula interrompa imediatamente as atividades que visam a exploração de petróleo na Amazônia e na Margem Equatorial.

Sem Anistia para Golpistas!

A Plenária Nacional da FASUBRA reitera a necessidade de as entidades filiadas prosseguirem na mobilização política dentro e fora das Instituições de Ensino para que Jair Bolsonaro e todos os demais articuladores da tentativa de golpe de Estado de 2023 sejam responsabilizados, e que se enterre de vez esse movimento criado para derrotar nossa democracia.

CALENDÁRIO DE LUTAS

1. A FASUBRA deve orientar os sindicatos de base a manter o estado de greve e reforçar o processo de mobilização da categoria;
2. A FASUBRA deve incorporar o calendário do FONASEFE, com as ações nos dias 03 e adesão à caravana, durante a PARALISAÇÃO, nos dias 10 e 11 de setembro;
3. A FASUBRA deve orientar os sindicatos de base a incorporar a atividade do Grito dos Excluídos nos seus municípios;
4. A FASUBRA deve orientar os sindicatos de base a incorporar as ações e/ou atos nas câmaras municipais, onde houver campi das IFE e nas Assembleias Legislativas, nas capitais, contra a Reforma Administrativa;
5. A FASUBRA deve fazer o lançamento da campanha Fora Esther, Feijó e José Celso;
6. A FASUBRA deve orientar os sindicatos de base a realizar rodada de assembleias na segunda quinzena de setembro de 2025 para avaliar as mobilizações, discutir a conjuntura e possibilidade de indicar greve nacional pelo cumprimento integral do acordo de greve;
7. A FASUBRA deve orientar os sindicatos de base a realizar um dia de luta em solidariedade à Palestina, pressionando o governo federal a romper relações políticas e econômicas com o Estado sionista de Israel;
8. A FASUBRA deve orientar os sindicatos de base a pressionarem as reitorias e a elaborarem moções, cobrando que as instituições rompam convênios, acordos de cooperação, intercâmbios ou qualquer forma de parceria com instituições Israelenses, em consonância com o princípio da solidariedade internacional, da não neutralidade diante da barbárie e do respeito aos direitos humanos;
9. A FASUBRA deve orientar os sindicatos de base a pressionarem as reitorias e a fazerem moções de solidariedade e apoio à Palestina, de modo a ampliar iniciativas de cooperação acadêmica, científica e cultural com instituições palestinas, apoiando convênios, projetos de pesquisa, intercâmbios e atividades de extensão que fortaleçam a luta do povo palestino por soberania, reconstrução e dignidade;
10. A FASUBRA deve orientar a realização de ato em frente à casa do relator Dep. Pedro Paulo, no Rio de Janeiro, mobilizando as bases do entorno e as demais que quiserem e puderem se incorporar ao ato, cobrando posicionamento contrário à reforma administrativa;
11. A FASUBRA deve realizar ato em frente à casa do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, em Patos (PB), mobilizando as bases do entorno e as demais que

quiserem e puderem se incorporar ao ato, cobrando posicionamento contrário à reforma administrativa;

12. A FASUBRA deve, na programação da próxima Plenária Nacional, indicar ato no Congresso Nacional, com visitas aos gabinetes, para dar mais visibilidade às nossas pautas e facilitar as ações de pressão aos parlamentares;

13. Orienta os Sindicatos de base a proporem campanha de doação de sangue nos hemocentros nos dias 10 ou 11 ou nos 2 dias, com o mote “estamos dando o nosso sangue à sociedade”.

14. A FASUBRA deve continuar a cobrança dos órgãos do governo para obter respostas concretas sobre nosso termo de acordo, com data limite. Se não ocorrer, fazer um bombardeio nas redes sociais denunciando o não cumprimento do termo de acordo;

15. A FASUBRA deve continuar reforçando a orientação para que os sindicatos de base elaborem rodadas de diálogos, debates, convidando pessoas que dominem a temática "Reforma Administrativa", com o objetivo de demonstrar os prejuízos para todo o segmento dos trabalhadores/as.

PROPOSTAS ENCAMINHADAS PELA DN E CNSC E REFERENDADAS PELA PLENÁRIA

1. Realizar estudo Jurídico e Técnico da Nota Técnica 31887/2025/MGI pois se contrapõe à Nota Técnica 001/2025-CNSC/MEC;
2. Solicitar reunião com o FORGEPE-ANDIFES para cobrar a manutenção do entendimento e posicionamento da CNSC/MEC através da Nota Técnica frente ao esse despacho/nota técnica da SGP/MGI;
3. Solicitar reunião com a presidência da ANDIFES para reforçar o posicionamento tomado exarado pela Nota Técnica da CNSC/MEC;
4. Solicitar reunião da CNSC/MEC para discutir esse assunto e para cobrarmos a manutenção do posicionamento exarado na Nota Técnica e os demais pontos que estão em suspenso, como o GT Racionalização;
5. Solicitar reunião com o Secretário Executivo do MEC para cobrar a manutenção do posicionamento exarado pela Nota Técnica da CNSC/MEC;
6. Elaborar material com tabela comparativa que apresente os impactos da reforma administrativa na carreira (PCCTAE);
7. Cobrar do MGI informações sobre o envio do PL do RSC para o Congresso Nacional.

8. Tratar com governo e Andifes sobre o decreto dos cargos para viabilizar concurso, considerando que ano que vem é eleitoral, mas não está constando acima;
9. Ofensiva dos sindicatos de base sobre as Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas e Reitores, pela implantação da Nota Técnica 01/2025/CNSC e ampliação para os aposentados e a luta pela autonomia universitária;
10. Publicar as palestras do encontro jurídico no canal do youtube da FASUBRA.

LEVANTAMENTO					
REGIÃO	ENTIDADE	PARALISAÇÃO JULHO	PERCENTUAL	GREVE	ESTADO DE GREVE
NORTE	SINDTIFES/PA				
	SINTESAM	SIM	50P	NÃO	SIM
	SINTEST-AC	SIM		NÃO	
	SINTUNIR				
	SINTAD/TO				
	SINSTAUFAP				
NORDESTE	SINTESPB	SIM	BAIXO	NÃO	SIM
	SINTESUF/INTERPB	SIM	BAIXO	NÃO	
	SINTUFCE	SIM	BAIXO	NÃO	SIM
	SINTUFEPE/UFRPE		MÍNIMO	NÃO	SIM
	SINTUFEPE-UFPE	SIM	MÍNIMO	NÃO	SIM
	ASSUFBA	SIM	BAIXO	NÃO	SIM
	SINTUFAL	SIM	BAIXO	NÃO	SIM
	SINTEST-RN	SIM	BAIXO	NÃO	SIM
	SINTUFS	SIM	30%	NÃO	SIM
	SINTEMA				
	SINTUFPI				
CENTRO-OESTE	SINTUF/MT	SIM	ALTA 80%	NÃO	SIM
	SISTA/MS	SIM			SIM
	SINT-IFESGO	SIM	BOA	NÃO	SIM
	SINTFUB	SIM		SIM/LOCAL	
	SINTEF-UFGD	SIM	BOA	NÃO	SIM
SUDESTE	SINTUFF	SIM		NÃO	SIM
	SINTUFRJ	SIM	MÉDIA	NÃO	SIM
	ASUNIRIO	SIM		NÃO	SIM
	SINTUR-RJ	SIM		NÃO	SIM
	STU CAMPINAS				
	SINTUNIFESP	SIM	BOA	NÃO	SIM
	SINTUFSCAR	SIM	BOA	NÃO	SIM
	SINTUFES	SIM	BAIXO	NÃO	SIM

	SINTUNIFEI				
	SINDIFES	SIM	BOA	NÃO	SIM
	SIND-UFLA	SIM	BOA	NÃO	SIM
	ASAV	SIM	BOA	NÃO	SIM
	ASSUFOP				
	SINTET UFU	SIM		NÃO	SIM
	SINTUFEJUF	SIM	40%	NÃO	SIM
	SINDTTAE UFTM				
	SINT/UNIFAL				
	SINDS-UFSJ	SIM		NÃO	SIM
	SINTUFABC	SIM	80%	SIM	SIM
SUL	SINTUFSC				
	SINDITEST-PR	SIM		NÃO	SIM
	ASUFPEL	SIM	BOA	NÃO	SIM
	APTAFURG				
	ASSUFRGS	SIM	FORTE/BOA	SIM	
	ASSUFSM	SIM		NÃO	SIM
	SINDIEDUTEC				
	SINDTAE	SIM		NÃO	SIM
	SINDIPAMPA				

XII ENCONTRO NACIONAL DE APOSENTADOS(AS), APOSENTANDOS(AS) E PENSIONISTAS DA FASUBRA

A Direção Nacional da FASUBRA, por meio da Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria, convida para o XII Encontro Nacional de Aposentados(as), Aposentandos(as) e Pensionistas da FASUBRA, entre os dias 15 e 17 de outubro de 2025, em Brasília-DF, com o tema: "Lutar com acolhimento, cuidado, afeto, amor e respeito: missão da FASUBRA Sindical.". Serão três dias de intensos debates e atividades dentro do Congresso Nacional.

Em breve, a FASUBRA irá enviar as demais informações, por e-mail.

RELATÓRIO DO V ENCONTRO LGBTI FASUBRA – 16 A 18 DE MAIO DE 2025

Poesia elaborada pela Coordenadora Geral da FASUBRA, Ivanilda Reis no V Encontro Nacional LGBTI

LGBT só quer viver!
 Orgulho deste Encontro participar
 Tão difícil de fazer não precisava ser
 Pouco falar, ouvir, observar
 Vim para aprender, avançar
 Diversidade não basta só falar
 Tem que no dia a dia que praticar
 A pluralidade precisamos defender
 E para isso é preciso aprender
 Pois no universo de todas as letras, estas pessoas aqui presentes
 Com o som de seus leques romperam o silêncio neste ambiente
 É som de gente
 Trouxeram suas dores, físicas, emocionais, cada um com uma história forte latente,
 comovente
 Falar da família plural
 Sem a hipocrisia do que é certo, do que é normal
 Neste Encontro tem gente que brilha
 Tem gente que desafia muita gente
 Que exige respeito
 Mas sem ficar a esperar
 Esta gente segue a lutar e vai passar
 Por cima, sem perdão
 De quem defende opressão
 Pois aqui ninguém vai abrir mão
 De sua vida defender,
 de poder amar, trabalhar, viver
 Chega de tantos, morrer
 Basta! Nossa luta é pra viver
 Chega de lutar para sobreviver
 Foda-se você, que insiste em não me entender, meu valor não reconhecer
 Minha vingança será viver
 Como sou, seja eu LGBTQIA+
 Mais...cada vez mais
 E nada ceder
 Sim, feliz, eu vou ser!
 Basta de só sobreviver!
 Mereço e quero viver!

Análise de Conjuntura: A Situação da População LGBTI+ no Brasil e no mundo

Vivemos um momento de ofensiva conservadora em escala global, marcado pelo avanço de políticas autoritárias e pelo cerco aos direitos da população LGBTI+. A extrema-direita internacional tem se articulado com força, promovendo ataques organizados contra conquistas históricas em nome de uma suposta moralidade. Em diversos países, observa-se o crescimento de legislações que criminalizam a existência LGBTI+, restringem manifestações públicas de orgulho e associam o debate sobre diversidade de gênero e sexualidade a uma falsa ameaça à infância e à família.

Na Hungria, por exemplo, o governo proibiu a realização de Paradas do Orgulho, além de criminalizar a "promoção da homossexualidade". Na Uganda, o Parlamento aprovou leis que impõem penas de prisão e até morte a pessoas LGBTQIA+, gerando indignação internacional. Nos Estados Unidos, o retorno do discurso trumpista intensificou os ataques a direitos civis, com estados aprovando leis que proíbem o uso de banheiros por pessoas trans, censuram livros com temática LGBTI+ e criminalizam o cuidado de saúde para pessoas trans adolescentes. Esses episódios, longe de serem casos isolados, refletem um movimento articulado de repressão global, que utiliza o medo, o fundamentalismo religioso e o nacionalismo autoritário como instrumentos de poder.

No Brasil, a situação é igualmente alarmante. O país segue sendo um dos que mais mata pessoas trans no mundo, revelando um quadro de violência estrutural e de omissão institucional. A extrema-direita, com representação expressiva no Congresso Nacional, tem impulsionado projetos de lei que ameaçam conquistas fundamentais da população LGBTI+, como o reconhecimento legal do casamento igualitário, o acesso à educação sexual nas escolas e o direito à identidade de gênero. Propostas legislativas têm sido apresentadas com o claro objetivo de restringir o direito à existência, à visibilidade e à dignidade da população LGBTI+, sob o discurso de "defesa da família" e "combate à ideologia de gênero".

O que torna esse cenário ainda mais preocupante é a omissão de grande parte dos partidos políticos democráticos e progressistas, que evitam enfrentar publicamente essas pautas com medo da reação da extrema-direita e do impacto eleitoral que tais posicionamentos possam gerar. A pauta dos direitos LGBTI+ é tratada, muitas vezes, como secundária ou

“delicada”, sendo empurrada para os bastidores ou limitada a compromissos formais sem desdobramentos práticos. Essa postura revela uma profunda contradição: enquanto essas mesmas legendas afirmam compromisso com os direitos humanos e a justiça social, hesitam em defender de forma firme e pública os direitos de uma das populações mais vulneráveis do país.

Essa covardia política legitima o avanço dos setores reacionários, permitindo que o debate público seja capturado por narrativas fundamentalistas e desinformadas. O silêncio dos partidos diante dos ataques sistemáticos aos direitos LGBTI+ enfraquece a democracia, naturaliza a violência e sinaliza que as vidas LGBTI+ são, para muitos, moeda de troca eleitoral. A omissão também atinge os espaços de formulação de políticas públicas: nas campanhas, nos debates legislativos e nas políticas de governo, a pauta da diversidade sexual e de gênero continua sendo tratada como “acessória”, quando, na verdade, ela é central para qualquer projeto de sociedade que se pretenda justo, plural e democrático.

Diante desse cenário, é fundamental reafirmar que os direitos LGBTI+ não são pauta de costume, mas pauta de direitos humanos e cidadania. Não se trata de “identidade” contra “maioria”, mas de garantir que todos e todas possam viver com dignidade, segurança e liberdade. A luta LGBTI+ é uma luta por democracia, e sua negação representa o avanço do autoritarismo.

A conjuntura exige, portanto, enfrentamento político e coragem institucional. É preciso que partidos progressistas e setores comprometidos com os direitos humanos assumam com clareza essa agenda, enfrentem o discurso de ódio da extrema-direita e compreendam que não haverá democracia plena enquanto uma parcela da população for condenada à invisibilidade, à marginalização e à morte. A omissão também mata e, em tempos de retrocesso, o silêncio é cumplicidade.

Mais do que nunca, é hora de articular redes de resistência, fortalecer os movimentos sociais, ocupar os espaços institucionais e exigir uma postura pública firme e consequente dos partidos e lideranças políticas. A defesa da vida LGBTI+ é uma questão de urgência civilizatória. O tempo da omissão acabou.

Diante disso, o V Encontro Nacional LGBTI da FASUBRA, realizado entre os dias 16 a 18

de maio de 2025, com o tema: "Educação Anti-lgbtfóbica: Desafios e Perspectivas para a Inclusão e Respeito dos Técnico-administrativos LGBTI+ nas Instituições de Ensino e Sindicatos", reafirmou a necessidade de consolidar uma agenda sindical comprometida com os direitos da população LGBTQIAPN+ nas Instituições Federais de Ensino (IFEs) e nos sindicatos de base.

Este relatório sistematiza os eixos temáticos discutidos e apresenta diretrizes para a atuação das entidades filiadas.

EIXO 1: POLÍTICAS DE INCLUSÃO LGBTI+ NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Acesso e Permanência

- Que a FASUBRA defenda a implementação de cotas para pessoas trans e travestis na graduação e na pós-graduação das IFEs;
- Que a FASUBRA lute pela garantia de apoio psicossocial, jurídico, financeiro e material para a permanência da população LGBTQIAPN+;
- Que a FASUBRA junto com as entidades de base mapeie as universidades que já implementaram cotas e acompanhe os processos de implementação.

Pesquisa e Protagonismo

- Que a FASUBRA defenda o fomento às pesquisas sobre gênero e sexualidade com protagonismo de pessoas LGBTQIAPN+.

Formação e Letramento

- Que a FASUBRA articule junto MEC e as IFEs, a formação inicial e continuada dos TAE para acolhimento e compreensão da diversidade sexual e de gênero;
- Que a FASUBRA reivindica junto ao MEC cursos de especialização e mestrados profissionais voltados às temáticas LGBTQIAPN+, com incentivo à participação dos TAE.

EIXO 2: COMBATE À LGBTI+FOBIA NOS LOCAIS DE TRABALHO E NOS SINDICATOS

Formação e Enfrentamento

- Que a FASUBRA estimule e oriente as entidades de base criarem agenda permanente de formação e letramento LGBTQIAPN+;

- Que a FASUBRA cobre do governo federal a criação de protocolos institucionais de enfrentamento à violência e ao preconceito;
- Que a FASUBRA estimule e oriente as entidades de base a criar ou fortalecer GTs e coordenações de diversidade sexual e de gênero nas bases;
- Que a FASUBRA implemente os planos de luta aprovados nos encontros nacionais;
- Que a FASUBRA estimule e oriente as entidades de base a criar curso de letramento específico para TAE dos setores de comunicação.

Representatividade

- Que a FASUBRA estimule e oriente as entidades de base a combater a invisibilidade LGBTI+ nas estruturas sindicais;
- Que a FASUBRA estimule e oriente as entidades de base a incluir pessoas LGBTI+ em cargos de liderança e decisão;
- Que a FASUBRA produza documento com resgate histórico de lideranças LGBTQIAPN+;
- Que a FASUBRA em conjunto com as entidades de base fortaleça a luta de combate às opressões no centro da luta da classe trabalhadora.

Dados e Diagnóstico

- Que a FASUBRA em conjunto com as entidades de base realize levantamento nacional sobre identidade de gênero e orientação sexual dos TAE;
- Que a FASUBRA em conjunto com as entidades de base mapeie casos de violência e preconceito a pessoas LGBTQIAPN+;
- Que a FASUBRA cobre do governo federal e dos órgãos oficiais para produção de dados e estatísticas sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

EIXO 3: AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Cotas e Inclusão

- Que a FASUBRA e suas entidades filiadas defendam e realizem campanhas de cotas para pessoas trans e travestis em concursos públicos para ingresso nas IPE conforme a resolução do XXIV CONFASUBRA

- Que a FASUBRA propõe, junto ao Governo Federal e ao Ministério da Educação (MEC), a criação e implementação de uma política de ação afirmativa que estabeleça um percentual mínimo de ocupação de cargos comissionados, funções de confiança e cargos de chefia por pessoas LGBTQIAPN+ nas Instituições Federais de Ensino (IFE), em todos os níveis da administração.
- Que a FASUBRA atue junto às centrais sindicais, movimentos sociais e parlamentares para a formulação de um marco legal nacional sobre ações afirmativas no setor privado

Articulação Institucional

- Que a FASUBRA Crie uma rede de trocas entre GTs LGBTQIAPN+ das bases (além do WhatsApp);
- Que a FASUBRA em conjunto com entidades de base estimule seminários LGBTI+ estaduais e regionais;
- Realizar plenárias com rodízio entre sindicatos dos territórios;
- Que a FASUBRA elabore e publique uma Carta de Compromisso com a Pauta LGBTQIAPN+, a ser assinada por sua Direção Nacional, divulgada amplamente às entidades de base e atualizada periodicamente com base nas deliberações dos encontros e congressos da categoria.
- Que a FASUBRA institucionalize a realização anual dos Encontros Nacionais LGBTI+, garantindo que essa atividade integre de forma permanente o calendário oficial da Federação, com previsão orçamentária, metodologia própria e ampla participação das entidades de base.

Plataformas e Apoio

- Que a FASUBRA em articulação com suas entidades de base, desenvolva e implemente um canal permanente de escuta, acolhimento e denúncia de casos de LGBTQIAPN+fobia e assédio, com foco nos ambientes de trabalho, nas instituições federais de ensino e nos próprios espaços sindicais.
- Que a FASUBRA crie um grupo de trabalho com a Coordenação LGBTI+ e a Coordenação de Políticas sociais e de gêneros para elaborar diretrizes e um protocolo-base de acolhimento psicossocial;

- Que a FASUBRA garanta financiamento e estrutura para eventos da pauta LGBTQIAPN+;
- Que a FASUBRA crie e mantenha um ambiente virtual permanente para o funcionamento do GT Nacional LGBTI+, com o objetivo de estruturar uma Rede LGBTI+ das bases, promovendo a articulação, o compartilhamento de experiências, a construção coletiva de estratégias e o acompanhamento das deliberações nacionais sobre a pauta LGBTQIAPN+.
- Que a FASUBRA atue diretamente junto ao Ministério da Educação (MEC), ao Fórum Nacional de Educação (FNE) e às demais instâncias de construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), no sentido de garantir a inclusão da pauta LGBTQIAPN+ como diretriz transversal e estruturante das políticas educacionais.

EIXO 4: SAÚDE, SEGURANÇA E BEM VIVER PARA PESSOAS LGBTI+

- Que a FASUBRA oriente as entidades de base a criação de serviço de apoio psicossocial para TAEs LGBTQIAPN+, com abordagem integral da saúde e bem-estar.

EIXO 5: COMUNICAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE LGBTI+ NO ESPAÇO SINDICAL

Comunicação

- Que a FASUBRA Crie uma aba específica no site da FASUBRA para a Coordenação LGBTQIAPN+;
- Que a FASUBRA oriente as entidades de bases a se posicionarem publicamente contra notas institucionais como a do CFM que vedam harmonização.

Cultura

- Que a FASUBRA, em conjunto com suas entidades de base, desenvolva e incentive a realização de circuitos cineclubistas e oficinas culturais (teatro, dança, funk, charme, poesia, etc.) voltados à valorização da identidade, da expressão e da cultura LGBTQIAPN+ nos espaços sindicais e nas instituições federais de ensino.
- Que a FASUBRA em conjunto com suas entidades de base, mapeie iniciativas culturais LGBTQIAPN+ nas IFEs;
- Que a FASUBRA, em articulação com suas entidades de base, estruture e coordene uma Rede Nacional de Ações Culturais voltada à promoção da diversidade, do

enfrentamento às opressões e da valorização das expressões culturais da classe trabalhadora, com especial atenção à pauta LGBTQIAPN+, racial, de gênero, geracional e territorial.

- Que a FASUBRA, em articulação com suas entidades sindicais de base, desenvolva um programa de oficinas de Teatro do Oprimido voltadas à comunidade LGBTQIAPN+ das Instituições Federais de Ensino (IFEs), como ferramenta de formação política, expressão identitária, combate às opressões e fortalecimento coletivo.
- Que a FASUBRA, em articulação com suas entidades de base, implemente um programa de sessões mensais de Teatro Fórum, com o objetivo de promover debates públicos sobre as diversas formas de opressão que atravessam a vida da classe trabalhadora, com foco especial nas vivências LGBTQIAPN+, raciais, de gênero, capacitistas e geracionais.
- Que a FASUBRA atue diretamente junto ao Ministério da Educação (MEC), ao Fórum Nacional de Educação (FNE) e às demais instâncias de construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), no sentido de garantir a inclusão do eixo "Arte e Cultura" no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Reiteramos a necessidade de que todas as entidades de base assumam o compromisso de implementar e defender essas propostas. A construção de uma educação pública inclusiva e de um movimento sindical combativo e antidiscriminatório passa pelo protagonismo da pauta LGBTQIAPN+.

4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTIA+ (4ª CONLGBTIA+)

A Direção Nacional da FASUBRA, por meio da Coordenação LGBTI+, orienta às entidades de base a participar da **4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+** com o tema: *"Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+"*, com realização dias 21 a 25 de outubro de 2025, em Brasília-DF.

Destacamos que para participar como observador, será necessária realizar a inscrição. Segue o link da Conferência: <https://share.google/4bml28eSRN0Uj1X1X>

CALENDÁRIO	
SETEMBRO	
07	Grito dos Excluídos
10 e 11	Dia Nacional de Lutas – Paralisação com Caravanas em Brasília
15 a 26	Rodada de Assembleias - para avaliar as mobilizações e possibilidade de indicar greve nacional pelo cumprimento integral do acordo de greve;
15 a 19	V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (V CONAPIR)
26 a 28	Encontro Nacional contra o Assédio Moral, Sexual e em Defesa da Saúde Mental dos Trabalhadores e Trabalhadoras das IFES e Instituições Estaduais de Ensino Superior.
29 a 01/10	5ª Conferência de Políticas para as Mulheres
29 a 03/10	Fórum Nacional da CIS - João Pessoa - PB
OUTUBRO	
06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTTs
20 a 25	4ª Conferência Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+
15 a 17	XII Encontro Nacional de Aposentados
NOVEMBRO	
22, 23 e 24	Encontro Nacional de Negras e Negros
25	Marcha Nacional das Mulheres Negras